

Só vontade política garante a rolagem, lembra Fleury

Dívida Pública

São Paulo — O governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, disse ontem que o sucesso da rolagem das dívidas dos estados com a União dependerá da vontade política das partes interessadas para resolver o problema. “Não adianta mostrar quem é devedor e quem é credor, se os débitos não forem pagos”, alerta o governador.

Os técnicos da Secretaria da Fazenda estão fazendo uma revisão minuciosa da contabilidade estadual, para apurar qual é o montante exato dos compromissos paulistas com o Governo Federal. “O encontro de contas deverá ser concluído nos próximos dias”, promete Fleury. Ele prefere não falar em novos números, enquanto não se chegar ao levantamento final.

O governador recebeu com satisfação as declarações feitas pelo deputado Delfim Netto (PPR-SP) na televisão sobre a situação da dí-

vida de São Paulo, estimada em US\$ 1,1 bilhão. “Se Fleury tivesse afirmado que o estado é credor dessa importância, e não devedor, o Governo Federal concordaria”, brincou Delfim Netto, para quem os cálculos da Secretaria Estadual da Fazenda são mais confiáveis do que os da União.

A dívida de US\$ 1,1 bilhão corresponde à diferença entre o total de débitos estaduais de US\$ 6,2 bilhões e a soma de US\$ 5,1 bilhões que a União deve a São Paulo. De início, os técnicos do Ministério da Fazenda chegaram a afirmar que os compromissos em atraso do estado passavam de US\$ 13 bilhões — cifra imediatamente contestada por Fleury e corrigida pelo Governo Federal.

Positivo — O governador considera positivo o fato de o ministro Fernando Henrique Cardoso ter le-

vantado a questão do encontro de contas, problema que vinha se arrastando há anos sem que o Governo Federal se interessasse pela busca de uma solução. Fleury observa que vem pedindo o acerto desde março de 1991, quando assumiu a administração do estado. “Nós sempre soubemos como estavam as contas”, garante o governador.

Com relação ao índice de comprometimento da receita estadual para pagamento das dívidas com a União, Fleury admite que se possa chegar a um acordo razoável, quando todos os estados souberem, com exatidão, a quantas andam seus compromissos. A fixação do índice é um dos pontos polêmicos da negociação com a União, que insiste na destinação de até 15% da arrecadação para amortização da dívida, enquanto os governadores brigam por valores mais baixos, em torno de 7%.

21 JUN 1993

JORNAL DE BRASÍLIA